

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O IDEB E O IDHM – EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

MUNICIPAL QUALITY EDUCATION: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN IDEB AND IDHM - EDUCATION IN NORTHEAST BRAZIL

Alice Botler¹
Luciana Marques².
Almir Nascimento,³
Karla Silva⁴

Resumo

A pesquisa tem por objetivo problematizar a qualidade da educação via indicadores educacionais e realiza um estudo comparativo da evolução do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e do IDHM Educação (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) nas capitais nordestinas, buscando as similaridades e diferenças desta evolução. Dentre os resultados preliminares, a pesquisa aponta que não é possível observar uma correlação direta entre financiamento e os resultados educacionais, já que nos municípios observados, o IDHM – Educação teve evolução significativa entre 1991 e 2010, mas o mesmo não acontece com o IDEB.

Palavras-chave: IDEB; Financiamento; Política Educacional.

Abstract

The research aims to discuss the quality of education through educational indicators and carries out a comparative study of the evolution of IDEB (Index of Basic Education Development) and IDHM Education (Municipal Human Development Index) in capital of northeast Brazil, seeking the similarities and differences of these developments. Among the preliminary results, the research shows that it is not possible to observe a direct correlation between funding and educational outcomes, as observed in the municipalities, the IDHM - Education had significant growth between 1991 and 2010, but the same does not happen with IDEB.

Key Words: IDEB (Index of Basic Education Development); Financing; Educational Policy

¹ Professora UFPE, Doutora em Sociologia, Grupo de Pesquisa Estudo das Organizações Educativas. alicebotler@gmail.com

² Professora UFPE. Doutora em Sociologia. Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade. lmarques66@gmail.com

³ Professor da Rede Pública da Educação Básica/Riacho das Almas, PE. Mestre e doutorando em Educação UFPE. Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade. almir_basio@hotmail.com

⁴ Professora da Rede Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho, PE. Mestre e doutoranda em Educação UFPE. Grupo de Pesquisa Estudo das Organizações Educativas. karla_alpe@hotmail.com

Introdução

Atualmente, a questão da qualidade da educação tem se colocado como um dos temas centrais no debate educacional, extrapolando, inclusive, os “muros” da academia, sendo utilizados como pauta da mídia de maneira ampliada. É comum vermos reportagens e debates na sociedade sobre os resultados das avaliações em larga escala, as condições infraestruturais das escolas públicas, entre outros, o que poderia indicar a democratização da educação na perspectiva liberal do direito ao acesso à informação sobre a qualidade do sistema educacional, o que reforçaria a tese da possibilidade de escolha, para a população em geral, da “melhor escola”.

A Constituição de 1988 traz como um de seus princípios a oferta de educação pública de qualidade para todos e todas (art. 206, inciso VII), estabelecendo ainda que a União deve garantir a equalização das oportunidades educacionais de qualidade (art 211, parágrafo 1) e determinado a vinculação de recursos das diferentes esferas administrativas para a efetivação da qualidade na educação pública (art. 212). Na busca pela efetivação deste princípio, têm-se observado a implementação de uma série de ações das esferas públicas federal, estadual e municipal. Desde 2007, implantou-se um novo formato de financiamento para a educação, através do FUNDEB, fundo que atende a toda educação básica com o objetivo de aumentar o volume e redistribuir os recursos federais destinados à educação pública, visando a sua qualificação.

Ao mesmo, tempo, observa-se a ampliação da avaliação de larga escala como elemento indicador da qualidade educacional. O IDEB é um indicador que combina resultados do desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados do rendimento escolar (fluxo escolar), dando substrato à responsabilização do poder público na obtenção de patamares mais razoáveis de qualidade educacional. Embora o IDEB venha sendo reverenciado como um dos principais indicadores de qualidade no Brasil, não concordamos que a qualidade educacional se expressa pelo simples resultado em testes.

Assim, a busca da elevação do IDEB, expressão do compromisso e da responsabilização do poder público com a qualidade da educação básica, pode ser percebida como força catalizadora de novos padrões de gestão porque põe necessariamente em relação as três esferas de governo nas iniciativas de caráter educacional e mobiliza a sociedade na decisão de efetivar a melhoria da qualidade da educação brasileira. De fato, este índice serve de referencial para medir a evolução da qualidade da educação básica e a sua aproximação às metas estabelecidas. A eleição de

tais patamares como meta indica a compreensão da complexidade envolvida na ação educacional que, como se sabe, não depende apenas de vontade política (WEBER, 2008).

Em uma perspectiva diferenciada da adotada pelo IDEB, temos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Componente Educação (IDHM – Educação), um dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano, que é um indicador que visa analisar o desenvolvimento humano de países, estados e municípios, em contraposição ao Produto Interno Bruto (PIB), que analisa apenas o aspecto econômico do desenvolvimento. O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Estes indicadores são os considerados tendo em vista que a escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional.

Assim, o fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação, quais sejam: entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão tanto do ensino fundamental como do ensino médio. Esta composição dá forma a uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, já precisam estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas e também indica a evolução da qualidade da oferta educacional no país, já que significa “acesso a conhecimento”.

Na perspectiva de contribuir com o aprofundamento da problematização sobre a qualidade da educação, este artigo realiza um estudo comparativo da evolução do

IDEB e do IDHM Educação, nas capitais nordestinas, buscando os encontros e desencontros desta evolução.

Uma breve reflexão sobre a qualidade educacional

Qualidade da educação é um conceito que deve ser pensado em uma perspectiva polissêmica. Nele estão implícitos projetos de sociedade, posicionamentos políticos ideológicos, interesses econômicos, entre outros. Quase sempre, contudo, verificamos a tendência de “naturalização” do termo qualidade, sem que seja compreendida em uma perspectiva polissêmica,

[...] em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 202).

Comumente se encontra como definição de *Qualidade* o conjunto de propriedades, atributos, condições e características positivas inerentes a um objeto ou pessoa e que são capazes de distingui-lo ou classificá-lo, ou como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência (SACONNI, 2012). Segundo esta definição, a qualidade implica em uma ideia de comparação. Poder-se-ia dizer que um objeto tem qualidade se suas características permitem afirmar que ele é melhor que aqueles objetos que não as possuem ou que não as possuem em igual grau.

Para as ciências humanas e sociais, assegura Davok (2007, p. 507), “o conceito mais usual é que qualidade significa a perfeição de algo diante da expectativa das pessoas. Nessas áreas, qualidade não existe como elemento mono (perfeição), ela exige a relação de dois elementos (perfeição e expectativa)”. Seguindo este raciocínio, Demo (2006, p. 11) sugere que qualidade converge com a ideia de bem feito e completo, sobretudo quando o termo se aplica à ação humana. Qualidade “aponta para a dimensão da intensidade. Tem a ver com profundidade, perfeição, principalmente com participação e criação. Está mais para ser do que para ter”. Para este autor, a educação é o termo-resumo da qualidade, pois entende que não há como chegar à qualidade sem educação.

Então, ao transpor a expressão qualidade para os sistemas educacionais, necessita-se admitir a existência de uma variedade de interpretações, dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade. Daí, que Risopátron (1991, p. 15) apresenta-o como um significante e não um significado. Segundo esta autora,

el concepto de calidad, en tanto significante, es referente de significados históricamente producidos y en esse sentido es un concepto que no puede definirse em términos esenciales ni absolutos; por tanto, tampoco es um concepto neutro. [...] Al dar supuesto el concepto de calidad y solo operar com él, este aparece como si fuera neutro y universal. Sin embargo, la definición de la calidad de la educación conlleva posicionamiento político, social y cultural frente a lo educativo.

Deste modo, pode-se afirmar que não há “uma educação de qualidade em si, mas tantas educações de qualidade quantas sejam as que os grupos sociais possam enunciar, conhecer, pensar discutir, disputar. Tantas educações de qualidade quantas houver condições de descrever.” (FUNDAJ, 2009).

A qualidade educacional brasileira historicamente se constituiu de três formas. Até a década de 1980, qualidade foi sinônimo da expansão do acesso à escola, até então restrita apenas à elite. Ainda nos dias atuais se escuta o discurso de que o processo de ampliação das oportunidades educacionais deixou de lado a questão da qualidade. Certamente, porque a escola não se preocupou em como lidar com a diversidade que se encontrava em seu interior com sua ampliação e que a bagagem que estes novos alunos traziam era muito diferente dos anteriores. Era preciso adequar-se às condições dos sujeitos, respeitando o processo de ensino aprendizagem de cada um. Como a escola não conseguiu adequar-se a essas diferenças, acabou gerando um novo problema, que era a permanência na escola. Desta forma,

Passávamos da exclusão da escola, para a exclusão na escola. Os alunos chegavam ao sistema de ensino, lá permanecendo por alguns anos, mas não concluíam qualquer etapa do seu processo de formação, em virtude de múltiplas reprovações, seguidas de abandono. (GUSMÃO 2009, p. 4 apud OLIVEIRA 2007, p. 671).

Superado o problema da falta de acesso ao ensino fundamental, a o acesso ao ensino médio e a evasão surgem como duas novas demandas, a partir dos anos 1980. Conforme Oliveira (2007, p. 682), “paradoxalmente, mais educação gera demanda por

mais educação”. Assim, segundo o autor, a desigualdade atual não é igual à anterior. Para ele, “evidentemente, a desigualdade e a exclusão permanecem [...] Os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje. Mas a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado”.

Muitos são os elementos que expressam a qualidade da educação. Compreende-se que ela deve ser entendida em uma perspectiva polissêmica, pois se modifica de acordo com circunstâncias políticas, econômicas e sociais. “Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma educação de qualidade, alteram-se no tempo e no espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais” (DOURADO, 2007, p. 3). A qualidade da educação está atrelada à democratização do ensino, pois antes de se pensar e falar em qualidade, fala-se na democratização do ensino, ensino para todos e não para a minoria da população. Como diz Gadotti (2009, p.2) “O tema da qualidade não pode escamotear o tema da democratização do ensino”. Dentro dessa abordagem a democracia é um componente essencial da qualidade na educação: “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (GADOTTI 2009, p. 2 apud GENTILI 1995, p. 177).

No terceiro período, a partir dos anos 2000, a qualidade passa a ser aferida a partir de testes padronizados de larga escala. A avaliação ganha importância como forma de acompanhamento do processo educativo desenvolvido na escola. Os dados têm apontado que, apesar de se observarem melhoras significativas no rendimento dos estudantes, as desigualdades sociais e regionais permanecem, inviabilizando a garantia da permanência na escola com nível de qualidade equivalente (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2004). Assim, o princípio constitucional de oferta de ensino público universal de qualidade não tem se efetivado no Brasil.

IDEB e IDHM Educação como indicadores de qualidade

Este artigo traz resultados parciais de pesquisa que tem como objetivo realizar um estudo comparativo da evolução do IDEB, do IDHM Educação e do financiamento da educação nas capitais nordestinas, buscando os encontros e desencontros desta evolução. Dentre os dados já levantados, apresentamos alguns relativos ao IDEB, IDHM Educação e IDH, conforme se pode observar nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1: Evolução do IDEB 2005 -2011 nas Capitais do Nordeste Brasileiro

Estado	Capitais	IDEB	IDEB	IDEB	IDEB	IDEB	IDEB	IDEB	IDEB
		2005	2005	2007	2007	2009	2009	2011	2011
		5ano	9 ano	5 ano	9 ano	5 ano	9 ano	5ano	9ano
Alagoas	Maceió	3.1	2.3	3.6	2.5	3.8	2.3	3.8	2.3
Bahia	Salvador	2.3	-	3.1	2.5	3.0	2.6	3.7	2.7
Ceará	Fortaleza	3.2	2.5	3.4	2.7	3.9	3.3	4.2	3,5
Maranhão	São Luís	3.6	2.9	4.0	3.5	4.3	4.1	4.2	3.9
Paraíba	João Pessoa	2.9	2.4	3.5	3.0	4.0	3.4	4.6	3.9
Pernambuco	Recife	3.2	2.8	3.8	2.5	4.1	2.7	4.1	2.9
Piauí	Teresina	2.7	2.2	3.2	2.3	3.0	2.5	5.2	4.4
Rio Grande do Norte	Natal	3.1	2.8	3.4	2.9	3.7	3.0	4.0	3.0
Sergipe	Aracajú	3.2	2.8	3.4	3.0	3.6	2.7	3.8	3.0

Fonte: Inep, 2014

A Tabela 1 nos permite observar que, se considerarmos o IDEB como indicador de qualidade, veremos que em 2011 o extremo inferior em termos de desempenho, dentre as nove capitais, é Maceió para o 5º ano e Salvador para o 9º ano, enquanto o extremo superior fica com Terezina em ambos os casos. Esta liderança, no entanto, não permanece quando tratamos do IDHM Educação, conforme Tabela 2.

Tabela 2: IDHM Educação nas Capitais do Nordeste Brasileiro

Estado	Município de grande porte	IDHM Educação 2011
Alagoas	Maceió	0,635
Bahia	Salvador	0,679
Ceará	Fortaleza	0,695
Maranhão	São Luís	0,752
Paraíba	João Pessoa	0,693
Piauí	Teresina	0,707
Pernambuco	Recife	0,698
Rio Grande do Norte	Natal	0,694
Sergipe	Aracajú	0,708

Fonte: Inep, 2014

Dentre as nove capitais do Nordeste, observa-se que Maceió teve seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) substancialmente elevado entre 1991 (0,507), 2000 (0,584) e 2010 (0,721). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,202), seguida por Longevidade e por Renda.

A cidade de São Luís, no outro extremo, teve seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) igual a 0,768, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos também foi Educação (com crescimento de 0,170), seguida por Renda e por Longevidade.

A curva evolutiva do IDHM- Educação nas nove capitais, no período de 1991 a 2010 é ascendente, ainda que com diferentes resultados, o que mais adiante será relacionado com a curva evolutiva do financiamento, assim como com os resultados do IDEB.

Tabela 3: Ranqueamento do IDH das Capitais do Nordeste Brasileiro

Estado	Município de grande porte	IDH ranking
Alagoas	Maceió	1266 ^a posição
Bahia	Salvador	3.836. ^a posição
Ceará	Fortaleza	3.548. ^a posição
Maranhão	São Luís	3.278. ^a posição
Paraíba	João Pessoa	3.278. ^a posição
Piauí	Teresina	2.319. ^a posição
Pernambuco	Recife	3.682. ^a posição
Rio Grande do Norte	Natal	4.003. ^a posição
Sergipe	Aracajú	4.172. ^a posição

Fonte: Inep, 2014

A tabela 3 nos permite verificar que Maceió lidera negativamente o ranqueamento do IDH (1266^a posição), o que parece repercutir o IDHM Educação (0,635, conforme Tabela 2), bem como o baixo IDEB, ficando com o menor índice dentre as 9 capitais nordestinas (3.8 para o 5º ano e 2.3 para o 9º ano, conforme Tabela 1).

Os dados, apesar de preliminares, nos conduzem a refletir a respeito dos motivos que levam a realidades tão discrepantes nos municípios mencionados. Conforme Abrucio (2010, p.39), os impactos das políticas de federalismo no funcionamento e resultados da educação, são marcados especialmente a partir da Constituição de 1988, dentre os quais o autor ressaltava alguns “dilemas para implementar políticas descentralizadas num país bastante heterogêneo, desigual e marcado por significativas tensões intergovernamentais”. O autor esclarece que a noção de sistema que pauta a agenda política brasileira, pode ser analisada em comparação com o setor da saúde, por exemplo, sendo que um aspecto diferencial da educação frente aos outros setores, é a proposição de um regime de colaboração entre os níveis de governo como instrumento que garantiria a boa implementação da política em todos os seus ciclos, em especial na educação básica. O mesmo autor afirma, no entanto, que a motivação, o processo decisório e os resultados das mudanças ocorridas, geraram impactos diferenciados nos diferentes estados e municípios: “o problema que permaneceu importante, embora já sendo contestado nos estados e cidades maiores, foi o baixo grau de democratização e republicanização no plano local”. (ABRUCIO, 2010, p. 41)

O autor explica que a diferença do formato adotado das políticas diz respeito às relações de poder que antes obedeciam a uma lógica piramidal e agora passam a ser concebidas na perspectiva de princípios como o de autonomia dos governos subnacionais, ao que se acrescenta a necessária negociação entre os entes federados com vistas a ações conjuntas, o que nem sempre acontece.

Desta forma, o aumento das responsabilidades dos municípios pelo atendimento educacional é evidenciado, conforme Pinto (2007), quando analisamos, por exemplo, a evolução das matrículas no ensino fundamental ou outros indicadores.

Campos e Cruz (2009, p. 371) analisam o potencial do Fundeb como instrumento de aperfeiçoamento das condições de oferta da educação pública básica nos municípios e afirmam que a política de vinculação de recursos não é suficiente para a resolução dos problemas educacionais brasileiros: “parece não existir uma correlação estatisticamente significativa entre o volume de recursos disponíveis para o investimento em educação pública e o grau de desenvolvimento da mesma”. Os autores reconhecem a disparidade das condições de oferta nos municípios brasileiros, assunto que propomo-nos a focalizar neste artigo, tomando como referência as capitais do nordeste do país. Assim, compreendemos que a quantidade de recursos não é proporcional aos resultados visíveis na estrutura e qualidade da oferta da educação, já que “o Fundeb não garante que os municípios com os piores indicadores educacionais poderão contar com um maior aporte de recursos” (op. cit; p. 374). E os problemas permanecem!

Neste caso, observamos a evolução dos indicadores referentes à qualidade da educação e observamos as discrepâncias apresentadas nas tabelas, derivadas das heterogeneidades características das diversas regiões e localidades. Estas diferenças são de ordem econômica, cultural e, principalmente, de ordem política, historicamente delineadas no “processo de formação das elites dentro de um país e/ou uma forte rivalidade entre elas” (ABRUCIO, 2010, p 41)

Considerações não conclusivas

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, aponta que não é possível observar uma correlação direta entre financiamento e os resultados dos indicadores educacionais. Em todas as capitais do Nordeste o IDHM – Educação teve evolução significativa entre 1991 e 2010. No entanto, o mesmo não acontece com o IDEB.

O exemplo de Natal denota redução dos recursos investidos na educação e aumento do IDEB entre 2009 e 2011; por outro lado, em Recife e Maceió, o IDEB mantém-se estável, mesmo com o aumento dos recursos destinados à educação. Teresina é a capital que apresenta evolução mais expressiva nos resultados do IDEB, embora a curva evolutiva dos recursos se apresente semelhante às outras capitais, em ascendência constante. Assim, percebe-se a importância da realização deste estudo, que visa analisar de forma mais aprofundada a relação entre a evolução do investimento de recursos na educação e os resultados alcançados, particularmente nas capitais nordestinas.

É nesta perspectiva que compreendemos que as políticas implantadas geram diferentes relações com a melhoria da qualidade da educação brasileira, o que pode ser explicado pelo projeto político social implantado pelas correlações de forças que assumem o poder municipal a cada gestão, denotando as fragilidades provenientes da ausência de uma política de estado.

Referências

- ABRUCIO, F. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R.P.; SANTANA, W. (Org.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília, DF: Unesco, 2010. p. 39-70.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CAMPOS, B. C; CRUZ, B. P. A. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública RAP**. Rio de Janeiro 43(2):371-93, MAR./ABR. 2009.
- DAVOK, D. F. Qualidade em educação. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007.
- DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 10 ed. 2006.
- DOURADO, L. F. Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios. **Cedes**. Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FERNANDES, M. D. E. A valorização dos profissionais da educação básica no contexto das relações federativas brasileiras. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 125, p. 1095-1111, out.-dez. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev.2014.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ). Avaliação do plano de ações articuladas (PAR) no contexto do plano de metas compromisso todos pela educação. **Relatório de Pesquisa**. Recife: ago., 2009.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, v.1, 2010.

GENTILI, P.; SILVA, T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2001.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em 03 fev.2014.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 661-690, out. 2007.

OLIVEIRA, R. P; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p.05-23, 2005.

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o Financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 877-897, out. 2007 877. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

RAMOS, R. C; DI GIORGI, C. A. Do Fundef ao Fundeb: avaliando o passado para pensar o futuro: um estudo de caso no município de Pirapozinho-SP. **Ensaio**: avaliação de Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 623-650, jul./set. 2011.

RISOPATRÓN, V. **El concepto de calidad de la educación**. Santiago del Chile: OREALC/UNESCO, 1991.

SACCONI, L. A.. **Mini Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa**. São Paulo: Geração, 2012.

WEBER, S. Democratização da gestão e a qualidade social da educação – avanços que o PDE propõe. Palestra proferida na **I Conferência Estadual de Educação Básica de**

Pernambuco – CONEEPE. Recife, 18 dez. 2008.